

Nacionalismos: ontem e hoje

TERESA MARIA FROTA HAGUETTE

O conceito de Nação, embora nos pareça em um primeiro momento como a representação clara de uma entidade sócio-política de há muito conhecida, encobre uma intrincada teia de relações que permeiam sua configuração nas mais variadas realidades históricas. Especialmente no Ocidente.

O Estado parece ser, ainda e, sobretudo, hoje, o contraponto legal da nação, isto é, enquanto a nação possui atributos de natureza tanto subjetiva (sentimento de pertença, alma do Estado) quanto objetiva (mesma língua, território, tradições, costumes) que assumem maior ou menor relevo de acordo com o seu processo histórico, o Estado se impõe por sua constituição jurídico-legal inequívoca.

Em seus estudos sobre a nação, define Hobsbawm (1991:19):¹

...não considero a nação como uma entidade social originária ou imutável. A nação pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o Estado-nação.

Assim sendo, a nação é consequência do surgimento e consolidação diferenciada – em termos de grupos e regiões de um país – de uma *consciência nacional*, que, todavia, afeta em último lugar as massas populares (trabalhadores, empregados, camponeses) são as últimas a serem afetadas por ela.

Derivado de *nação*, o nacionalismo, em seu sentido mais amplo, designa seja a ideologia nacional, a consciência do grupo ou o processo através do qual as nações se constituíram através do tempo.² Em qualquer dos significados, todavia, o intuito de preservação da identidade nacional está presente, algumas vezes de forma velada, outras, de forma bem acintosa.

Para melhor entender as diferentes faces do nacionalismo há que se conhecer os múltiplos perfis históricos dos Estados-nações contemporâneos mediante uma rápida retrospectiva de seus percursos e lutas para se distinguirem de outros Estados e de outros povos. Os países-colônias da América Latina no século passado configuram

exemplos dessa natureza, ou seja, buscavam uma identidade nacional distinta e única, diferenciada da metrópole. Já o Canadá e a Bélgica representam casos paradigmáticos de duas nações regidas por um mesmo Estado. No primeiro, a nação de origem francesa tem os seus contornos limitados ao estado do Quebec enquanto os estados restantes, amplamente majoritários, subjetivamente, representam uma ameaça constante de ampliação da nação de origem inglesa, e conseqüente esvaziamento dos valores nacionais, costumes, religião e língua que caracterizam o Quebec. Objetivamente, a influência e controle da economia e dos rumos políticos do estado por parte do Canadá francês no Quebec, também contribuem para consolidar as idéias separatistas, bem menos populares na década de noventa.

A Bélgica, também bilingüe, é composta de duas nações, a flamenga e a dos valões. Como todos os países europeus, a Bélgica se constituiu em Estado-nação ao longo dos séculos através de um trânsito constante de populações-etnias que passavam de um domínio a outro ao sabor das lutas expansionistas ou das alianças por casamento durante os últimos séculos. Como veremos a seguir, a pureza étnica não é uma característica dos Estados-nações da Europa Ocidental e mesmo Oriental.

A fusão de diferentes grupos étnicos ou nacionais em Estados que constantemente perdiam ou ganhavam territórios ao final de conflitos armados se, em alguns casos, favoreceu a convivência pacífica entre eles, em outros, exacerbou as diferenças que, no momento oportuno, vieram à tona provocando novas divisões. Talvez o caso mais brutal de junção artificial de grupos étnicos foi aquele propiciado pelo Marechal Tito que, estrategicamente, criou em 1941, um novo Estado, a República Popular Federativa da Iugoslávia, a fim de fazer face ao poderio da União Soviética. A antiga Iugoslávia, formada em 1918 mediante a reunião da Sérvia, Croácia e Eslovênia, agora era composta de seis repúblicas: a Sérvia, a Croácia, a Eslovênia, Montenegro, Macedônia e Bósnia-Herzegovina.³ Apesar da miscelânea de etnias que incluía eslavos, sérvios e mulçumanos, estes povos vieram a reconhecer que suas aspirações de independência somente seriam concretizadas através da união, embora artificial, de todos, o que facilitou a tarefa do Marechal Tito e de sua adesão parcial ao bloco soviético.

O Império Austro-Húngaro representa outra experiência tanto de *unificação* quanto de *desmembramento* artificiais. De unificação,

quando, pela força das armas, foram anexadas à Áustria, a Hungria, a Tchecoslováquia, parte da Polônia e da Iugoslávia. Era esta a situação em 1914 quando surgiu o estopim da Primeira Guerra Mundial: o atentado/assassinato, em Sarajevo, do Arqueduoque herdeiro, Francisco Ferdinando. Diferentemente dos movimentos de unificação ocorridos na Alemanha e na Itália, a unificação do Império Austro-Húngaro seria melhor caracterizada como *anexação*, vez que as populações não foram ouvidas, enquanto um processo de insatisfação generalizada se instalou gradativamente através dos anos, pressionando por maiores sinais de respeito à individualidade e autonomia dos diversos povos, unidos à revelia. O *desmembramento*, inevitável nessas circunstâncias, quase sempre atende aos anseios dos grupos ou etnias mais fortes que findam por impor as divisões que favoreçam os seus interesses, enquanto as minorias se acomodam, às vezes temporariamente. Novos limites foram, pois, estabelecidos na Europa Central, enquanto o Império Austro-Húngaro e o domínio dos Habsbourg caíram por terra deixando como resultado uma pequena Áustria com um quarto do território dos tempos áureos.⁴

A derrocada do socialismo do Pacto de Varsóvia (1989/1990) vem exibindo numerosos exemplos do que pode acontecer quando grupos de marcada identidade nacional são coagidos a compartilhar com outros que historicamente dominaram no campo econômico e cultural, submetendo-os como uma nação de segunda classe. Foi assim na Tchecoslováquia⁵ que foi unificada por Masaryk em 1918, após a queda dos Habsbourg, reunindo três regiões de etnias, culturas e símbolos distintos: a Boêmia, a Morávia e a Eslováquia. Desmembrada, a Tchecoslováquia não mais existe como Estado unificado, os conflitos que hibernaram durante a dominação soviética foram liberados permitindo novamente a eclosão dos anseios nacionalistas que levaram à separação dos tchecos e dos eslovacos e à constituição de dois novos Estados.

Hroch⁶ ao descrever a história dos movimentos nacionais divide-os em três fases: a fase A, que foi puramente literária, cultural e folclórica, sem implicações políticas de natureza particular ou nacional, e que caracterizou a Europa do século XIX. A fase B, que exhibe a presença de pioneiros ou militantes (*minorité agissante*) da *idéia nacional* e onde têm início as campanhas políticas a favor dessa *idéia*. Na fase C, os programas políticos já são estruturados e contam com o apoio das massas.

Cronologicamente, a fase A pertence ao período entre a Revolução Francesa e o ano de 1830 refletindo, de certo modo, os anseios da era liberal; a fase B, de 1830 a 1870, considerada o período de triunfo do *princípio de nacionalidade*, que resultou da confluência de dois fatores aleatórios: a desagregação e queda dos grandes impérios internacionais da Europa central e oriental (Austro-húngaro, Otomano e Czarista), e da Revolução Russa, que levou os Aliados a adotarem o princípio wilsoniano de fazer as fronteiras do Estado coincidirem com as fronteiras da nacionalidade e da língua.⁷ Finalmente, a fase C se subdivide em três subperíodos; o primeiro caracteriza o apogeu do nacionalismo, configurado na diferenciação nítida dos Estados-nações europeus (1918 a 1950); o segundo começa nos anos 50 perdurando até o final da década de 80, exibindo o declínio do *princípio de nacionalidade* como fator preponderante do desenvolvimento histórico; e o terceiro, que se inicia com a queda do socialismo real, em 1989, caracterizando o ressurgimento do nacionalismo em muitos dos países do bloco soviético, sem que se pressinta ainda qualquer tendência evolutiva mais perceptível.

A Europa representa o *locus* privilegiado dos movimentos nacionalistas o que, conseqüentemente, motiva mais os estudiosos do assunto que também contam com um vasto material histórico para suas pesquisas. No entanto, e apesar da escassez de material de que dispomos, expandiremos com muita cautela nossas conjecturas para outras áreas menos ricas em experiências dessa natureza, como a América Latina e a África.

O Nacionalismo Europeu

A Europa, ao longo do século XIX, ocupou-se com os problemas da criação de Estados-nações, passando por processos mais ou menos longos de unificação, conforme ocorreu na Itália e na Alemanha. A própria unificação significava já a imposição operada pelas *nacionalidades espontâneas* majoritárias que, por força da necessidade de centralizar para melhor governar, passaram a impor uma língua oficial única embora, certamente, artificial.

No século XX a Europa experimentou fenômenos como o desmembramento dos povos, conseqüência das duas Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945) e a correspondente adaptação de grandes contingentes de diferentes etnias dentro de novos territórios.

Outra forma de incorporação se evidenciou com as anexações perpetradas contra os países bálticos no período de sovietação. A Europa viveu, pois, nos dois últimos séculos, ao balanço dos *movimentos de unificação* e de *movimentos nacionalistas* que pretendiam salvaguardar as especificidades culturais, históricas e étnicas, dos grupos que temiam perder suas origens ao sabor das decisões que tinham sido tomadas por eles.

Os movimentos *pan-eslavos* e *pan-germânicos*,⁸ que se desenvolveram na Rússia e na Alemanha, respectivamente, representaram tentativas exacerbadas de proteger e fortificar as origens étnicas de um povo anexado (Rússia) e de um povo desmembrado (Império Austro-húngaro). Apesar da ênfase na proteção e preservação da memória cultural, esses movimentos não são considerados movimentos nacionalistas por alguns estudiosos do assunto, como Eric Hobsbawm⁹ que prefere chamá-los de movimentos transnacionais ou supranacionais e de repercussão limitada a grupos de intelectuais.

Pode-se identificar alguns fatores que contribuíram para o desenvolvimento de novas formas de nacionalidades:¹⁰

- a resistência de grupos nacionais ameaçados pelo rápido progresso da modernidade;
- as novas classes e estratos não tradicionais que rapidamente cresciam nas cidades urbanizadas dos países desenvolvidos;
- as migrações sem precedentes que distribuíram uma diáspora múltipla de povos através do planeta.

Entretanto, os meros apelos nacionalistas só se converteram em receptividade real mediante a democratização da política que transformou os Estados em entidades sociais administrativamente modernas e mobilizadoras, capazes de influir crescente e diferentemente junto aos eleitores sociais com seus *slogans* nacionais. Por outro lado, a língua, que despertou em muitos dos Estados-nações o interesse do estrato intelectual, dificilmente conseguiu motivar as classes operárias.

As muitas versões do nacionalismo europeu no período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial exibem um aspecto comum: a rejeição dos novos movimentos socialistas proletários, considerados mais internacionalistas do que nacionalistas, vistos como princípios

mutuamente exclusivos. A guerra de 1914 revelou a prevalência das lealdades nacionalistas sobre os interesses ideológicos de classe, levando os estudiosos a concluir que os conhecimentos sobre o significado da *consciência nacional* para as massas em questão são muito limitados, embora tenha ficado claro que este tipo de consciência não pode brotar sem a aquisição concomitante de outras formas de consciência social e política, conforme já referido.¹¹

O período entre as duas Grandes Guerras também propiciou a reflexão sobre a viabilidade do princípio wilsoniano – adequação do território à nacionalidade – no que concerne aos Estados-nações que se constituíram na época. Empiricamente ele comprovou ser impraticável dada a real distribuição dos povos que levou os novos Estados a uma caracterização mais multinacional do que nacional como exemplificam a Tchecoslováquia, a Polônia, a Romênia e a Iugoslávia.¹²

A principal mudança observada depois do novo desenho do mapa europeu diz respeito ao tamanho dos Estados, que se tornaram menores, e à presença de *minorias oprimidas*, antes chamadas de *povos oprimidos*.¹³

A *homogeneização* dos Estados foi, todavia, tentada durante e depois da Primeira Guerra Mundial. As estratégias para sua concretização variaram da *expulsão maciça* de grupos étnicos indesejáveis às *exterminações*, ou até *genocídios* caracterizando, segundo Hobsbawm,¹⁴ uma criminoso *reductio ad absurdum* da versão territorial do nacionalismo. Em 1915 os turcos providenciaram a exterminação em massa dos armênios que viviam em seu território; em 1922, depois da guerra greco-turca, ainda os turcos expulsaram cerca de um milhão e meio de gregos da Ásia Menor. Todavia, a maior e mais bem sucedida tentativa de homogeneização étnica foi operada por Hitler. Primeiro, quando eliminou definitivamente os judeus dos territórios alemães e, segundo, quando remanejou os cidadãos alemães de outras áreas, para a terra pátria. Em contrapartida grupos de alemães foram expulsos da Polônia e da Tchecoslováquia.¹⁵ A história do nacionalismo europeu nesse período colocou a nu suas limitações e incoerências, evidenciando a impraticabilidade do princípio wilsoniano, cujas tentativas de aplicação somente foram possíveis através de métodos os mais bárbaros.

Depois da Segunda Guerra Mundial o nacionalismo adquiriu novas roupagens, entre elas, uma associação vigorosa com as esquer-

das que se expressou, sobretudo, nas manifestações antifascistas, na Europa, e antiimperialistas nos países colônias da África e nas Repúblicas independentes da América Latina, conforme discutiremos no momento oportuno. Descobriu-se também a ausência de correspondência entre o conteúdo das *idéias nacionais*, conforme veiculadas pelos *soi-disants* porta-vozes da nação e a auto-identificação popular. Outra feição do novo nacionalismo surgiu na utilização do Esporte (Copas do Mundo, Jogos Olímpicos) como símbolo nacional e de competição internacional facilitada pelo desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação de massa e do uso da propaganda e da militância organizada.

A partir da década de 80 alguns países da Europa, sobretudo a Alemanha, têm presenciado o recrudescimento de uma *xenofobia* aguda que se julgava morta. As migrações em massa de populações advindas das regiões mais pobres da África, do Oriente Médio e da América Latina associadas a uma crise mundial que tem favorecido altas taxas de desemprego, colocaram alguns grupos, sobretudo os jovens, em posição de alerta contra a presença alienígena que representa uma ameaça à sua segurança econômica. O massacre de estrangeiros já está em curso de forma esparsa na Alemanha, embora não se vislumbre indícios mais sérios de que possa tornar-se endêmico. Esta forma de nacionalismo mesclada de elementos racistas pode ser identificada na França (de Le Pen) e no neonazismo alemão caracterizado, sobretudo, pela violência contra os turcos. A Irlanda do Norte e a África do Sul, embora com matizes de dominação colonial, também podem exemplificar esse tipo de nacionalismo misto de racismo. Já Israel, situa-se na categoria de um novo Estado-nação expansionista, que vem tentando empreender uma *limpeza étnica*, mediante a expulsão das populações palestinas que representam um entrave a seus objetivos, também de conotação racista.

O fato mais notável, imprevisível e ao mesmo tempo assustador, que sacudiu o mundo inteiro, foi a queda vertiginosa e fulminante do socialismo real que libertou os anseios e as reivindicações nacionais reprimidas e represadas por muitas décadas.¹⁶ As previsões de declínio da relevância do nacionalismo e do Estado-nação ao final do século XX merecem ser colocadas “entre parênteses” até que os fatos históricos apontem com maior clareza os caminhos que os países do Leste europeu e da ex-União Soviética irão trilhar. Estas regiões, como diz Edgard Morin,¹⁷ estão enfrentando três crises concomitantes:

...a crise econômica, pela qual as populações perderam as seguranças do antigo regime sem terem conquistado o bem-estar esperado do novo; a crise política, pela qual democracias muito frágeis correm o risco de serem carregadas; e a crise nacional nascida dos problemas das minorias, novas fronteiras, redistribuição das armas, etc. Entretanto, ainda restam elementos positivos neste quadro todo. Apesar de seu futuro ser incerto, a Rússia até agora não se deixou levar pela febre nacionalista. No Oeste, não houve um despertar dos chauvinismos adormecidos, que entretanto foram muito virulentos durante a Segunda Guerra Mundial.

Estados multinacionais ou poliétnicos como a ex-Tchecoslováquia, a ex-Iugoslávia e a ex-União Soviética que é mais um império – já seguiram o caminho do separatismo na esperança de resolverem parte de seus problemas através de uma homogeneização étnica que catalize as forças nacionais, enquanto a Romênia e a Polónia até o momento não parecem tender a subdivisões territoriais.

O Nacionalismo na América Latina

Muito freqüentemente o nacionalismo representa uma ideologia dos grupos dominantes para justificarem seu poder junto a grupos mais fracos. Foi assim com a burguesia européia, enquanto classe, com os nazistas enquanto povo autodefinido como superior e, no Brasil, com as teorias explicativas do subdesenvolvimento que atribuíam aos pretos e mestiços a responsabilidade pelo atraso do país.¹⁸ Semelhante a esta, é a tese do determinismo geográfico que está sendo ressuscitada em São Paulo e Porto Alegre. Aqui, as nuances nacionalistas estão combinadas com outras, racistas, que caracterizam dois dos aspectos mais gerais do nacionalismo: a) a ênfase nas *virtudes* de um povo (no caso, o sulista) e, b) a demonstração dos *defeitos* do opositor mais próximo, ou inimigo (o nordestino). Isto porque os nacionalismos surgem em momentos de crise e aquela que caracteriza esse início de década é uma das piores que o País já sofreu na sua história recente.

A América Latina se distingue da Europa em suas experiências de movimentos nacionalistas. Aqui eles se caracterizaram pela aversão contra as metrópoles coloniais, configurada nas lutas pela independência ocorridas na primeira metade do século XIX, fruto das transformações propiciadas pela Revolução Industrial e tardiamente percebidas como danosas ao desenvolvimento do Estado-na-

ção. As etnias nativas muito pouco contribuíram para os movimentos de libertação vez que foram massacradas e quase totalmente dizimadas pelos colonizadores. Os espanhóis, *vis-à-vis* os portugueses, se comportaram com muito mais truculência no desbaratamento das populações e desmonte das culturas e civilizações nativas. Não obstante, em meados do século XX, em quase toda a América espanhola, as populações indígenas vêm aumentando sua visibilidade política percebida mais através dos diferentes movimentos de defesa dos seus direitos do que de propostas separatistas, com efeito inviáveis, dada a precária situação econômica da quase totalidade desses grupos e a fragilidade da sua *consciência nacional*.

Já no Brasil, a diminuta participação de populações nativas, remanescentes também de tentativas de extermínio, deliberadas ou não, associada à experiência histórica com a escravidão negra, favoreceu novos matizes às lutas nacionalistas que, embora tênues, podem configurar o esforço da etnia negra no resgate de suas origens e de respeito às suas individualidades.

O Brasil passou também por um período de intensa ebulição nacionalista na década de 50, configurada na ideologia desenvolvimentista¹⁹ que colocava em relevo as riquezas nacionais e o temor de vê-las passar às mãos do domínio estrangeiro em um típico esboçar de instinto de conservação coletiva. Os pontos cruciais desse projeto/doutrina envolviam, entre outras coisas, a defesa da nacionalização das fontes de energia mais raras dentro de uma concepção que acrescentava ao nacionalismo subjetivo (sentimentos, emoção patriótica, amor às coisas da terra, superestimação de virtudes e qualidades) aspectos pragmáticos, tais como a necessidade de conhecimento da realidade brasileira e de suas potencialidades a fim de garantir a integridade econômica, política e o bem-estar social da população. Este tipo de nacionalismo certamente se insere na categoria de nacionalismo *defensivo*, próprio das regiões subdesenvolvidas, quase sempre associado a lutas antiimperialistas que proliferaram depois da Segunda Guerra Mundial. No Brasil a relação entre *nacionalismo* e *desenvolvimento* era ostensiva, ao mesmo tempo em que seus ideólogos opunham²⁰ *nacionalismo* a *cosmopolitismo* dentro dos seguintes termos:

O *cosmopolitismo* seria uma – não chego a dizer doutrina – mas *atitude* de transformar os países subdesenvolvidos em campo aberto à iniciativa, à exploração econômica e ao conseqüente domínio político dos países mais fortes, diretamente, ou através de seus co-nacionais. a

título de contribuição para a felicidade humana.

Em consequência, suspeitava-se dos ideais de salvação da humanidade tanto das propostas da democracia popular russa, quanto da democracia norte-americana:

O Nacionalismo, porém, tem objetivos mais singelos: quer *salvar a humanidade* também, mas começa pela humanidade que está dentro das fronteiras nacionais, organizando o país, sua economia e impulsionando sua cultura, para o *nacional*...²¹

O nacionalismo brasileiro da década de 50 exibiu uma nítida característica que o distingue do nacionalismo europeu: ao invés de uma luta pela preservação de aspectos culturais, como língua, religião e mesmo etnia, assentava-se na consciência da dependência e da exploração econômica do país face às metrópoles dos grandes centros do capitalismo mundial, característica comum aos movimentos nacionalistas do Terceiro Mundo. Ele não seria xenófobo mas, enquanto movimento ideológico nítido e bem definido, se enquadraria no mesmo plano da luta da Independência e da campanha da Abolição.²²

O *Movimento Nacionalista Brasileiro*, não era um movimento de massas, mas de um grupo de intelectuais esclarecidos e de setores das classes médias – inclusive o exército – especialmente estudantes, que prestaram um apoio decisivo às idéias de proteção das riquezas nacionais. Alguns pontos do projeto nacionalista se destacaram pelo apoio quase popular que angariaram, como a defesa do Petróleo, configurada no *slogan o petróleo é nosso*, a recusa do capital estrangeiro e a luta por reformas de base da economia, como a Reforma Agrária. Percebem-se, pois, as afinidades existentes entre o movimento nacionalista e o projeto das esquerdas que findaram por abortar sob as pressões conservadoras da sociedade que levaram ao golpe militar de 1964.

O início dos anos 90 exibiu as seqüelas de uma ditadura que teve a duração de mais de duas décadas, os desmandos dos políticos no período da redemocratização, a corrupção generalizada, o desrespeito aos direitos básicos dos cidadãos, as brutais disparidades regionais e setoriais, as desigualdades de riqueza e de renda. São estes alguns dos elementos que contribuíram para o desgaste – que se pensava irreversível – dos valores e símbolos pátrios. Uma consciência nacional enfraquecida ainda teve forças para lutar por um valor vital neste momento crucial de recomposição dos rumos da nação

brasileira: a ética, que catalizou todos os anseios que sobreram da desarticulação de uma identidade mal saída dos tempos coloniais. O *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello revitalizou os sentimentos cidadãos e as esperanças de um Brasil melhor, mas que ainda estão ameaçados pela decepção de continuidade da impunidade dos crimes das elites, que tem acompanhado a história do Brasil desde os seus primórdios.

Ao final do século XX as idéias de nacionalismo parecem obsoletas face aos avanços dos projetos de comunitarização das nacionalidades no campo econômico exemplificadas, sobretudo, na *Comunidade Econômica Européia* – CEE – e na tentativa norte-americana de criação de uma instituição correlata do outro lado do Atlântico – NAFTA. Se, por um lado, estas entidades pretendem se sobrepor às idéias de *nação* e de *estado* em uma tentativa de organização coletiva de autoproteção face à força quase hegemônica dos Estados Unidos e da ascensão vertiginosa do Japão, por outro, há indícios de que os sentimentos nacionais mais íntimos estão aflorando. As recusas de aceitação do Tratado de Maastricht por parte de alguns países isolados da Comunidade Econômica Européia podem estar sinalizando para a necessidade de cautela no projeto de unificação econômica da Europa Ocidental.

Na América Latina, a brutal dominação das classes econômicas privilegiadas sobre as chamadas minorias étnicas, como os índios e os negros, não pode, no entanto, obnubilar o fato que essa dominação abrange um escopo bem mais amplo do que se pode pensar de um ponto de vista de lutas nacionalistas. No Brasil essas lutas não ocupam nem o imaginário popular nem as preocupações das elites que, ao manterem sob o tacho da miséria dois terços de sua população, praticamente inviabilizam qualquer outro tipo de luta que não a da sobrevivência.

O Nacionalismo Africano

São imensas as dificuldades para se traçar alguns parâmetros comuns às lutas nacionalistas na África: a imensidão de seu território, a miríade de etnias, costumes, religiões, línguas e dialetos; os sistemas de valores, símbolos, crenças, lendas e mitos, que distinguem suas populações; as origens e as histórias individuais, a diversidade de países que o colonizaram, a variedade dos seus recursos

naturais, entre muitos outros. Todavia, existe algum consenso quanto a certas características semelhantes entre os países que compõem o continente africano. A primeira delas se refere às condições de pobreza e de miséria da maioria da sua população cuja conseqüência mais óbvia são os baixos níveis de quase todos os indicadores econômicos, políticos ou sociais que comumente facilitam a visualização do *ranking* de cada país no concerto das nações.²³

A África criou visibilidade mundial no século XIX com o processo expansionista do capitalismo internacional, mais conhecido como imperialismo. O Egito antigo representa uma das poucas áreas de brilhante civilização, embora a Tunísia conte com antepassados do império cartaginês e a civilização púnica, e bizantina, além dos vândalos e piratas que infestaram o Mediterrâneo dos séculos XIV a XVII. As costas africanas também eram conhecidas desde as operações comerciais com a Europa na época dos grandes descobrimentos. A invasão árabe no Norte da África inicia uma nova e importante fase de sua história, com a islamização de vastas regiões e a criação de vários Estados. Foram eles que estabeleceram durante dois séculos uma barreira contra a presença estrangeira o que contribuiu para a aura de mistério que envolveu os países árabes. Posteriormente, no século XV, os portugueses iniciaram as transações com a região, incluindo o tráfico de negros em momento seguinte. Os franceses, ingleses e holandeses também marcaram suas presenças na costa oeste da África em ensaios tímidos de colonização. Foi somente no século XIX que as explorações européias se intensificaram, dividindo o continente em domínios nas mãos de poucos países como a Inglaterra, França, Holanda, Portugal e, em menor escala, Bélgica, Espanha e Itália.

No século XX a África conta com países portadores de diferentes *status* políticos: os Estados que adquiriram independência, sobretudo no segundo e terceiro quartéis deste século, que representam hoje a grande maioria, as possessões em guerra pela autonomia política e outros de difícil definição. Apesar dos avanços do processo de descolonização intensificado a partir de 1945, a influência dos antigos colonizadores ainda se faz sentir muito fortemente, especialmente na formação de quadros administrativos para substituição dos estrangeiros e na língua oficial que muitas vezes permanece a mesma. Naqueles países onde o repúdio ao domínio colonial tornou-se exacerbado, a evasão de quadros administrativos provocou impasses ainda hoje insuperáveis na busca de um desenvolvimento

econômico que impulsionasse a economia e trouxesse maior bem-estar às populações.

Outro problema de grande magnitude é representado pelo *tribalismo* que tem sustentação muito forte em algumas regiões da África, provocando tensões étnicas, tribais ou comunitárias de fraco poder explicativo para os movimentos separatistas ainda hoje em curso. Em suma, o modelo de nacionalismo de corte europeu não se adapta às situações dos países da África que, gradativamente, em um processo de ensaio e erro, descobrem o conteúdo de suas individualidades enquanto Estados-nações.

O Outro lado da moeda: o refugiado e o apátrida

Observando-se o outro lado da moeda, isto é, o ponto de vista das populações que perderam suas nacionalidades, percebe-se que outros conceitos, já conhecidos, se entrelaçam facilitando a compreensão desse fenômeno social coletivo. Hannah Arendt²⁴ chamou a atenção para as conseqüências da exacerbação e degenerescência do nacionalismo alemão, configurado no nazi-fascismo sobre a vida dos judeus durante e após a Segunda Guerra Mundial. O *refugiado* e o *apátrida* foram personagens que conviveram com o totalitarismo do regime de Hitler e, desde longos tempos, com a xenofobia generalizada dos povos do continente europeu. *Eles eram os judeus*. Certamente que outros conceitos mais globalizantes são importantes como contrapontos àqueles que queremos enfatizar: *anti-semitismo*, *racismo*, *totalitarismo*, *imperialismo*, só para citar alguns, mas que apenas nos referiremos *en passant*.

A *limpeza étnica* – prática tão antiga quanto pode mostrar a história escrita – perpetrada pelos nazistas contra os judeus no último conflito mundial obrigou os milhares de judeus que escaparam dos campos de concentração a abdicar de suas nacionalidades, as mais diversas e a viver como *refugiados* em outros países. Como diz Hannah Arendt, é a nacionalidade que garante os direitos nacionais: referindo-se aos judeus ela continua:

Os sobreviventes dos campos de extermínio, os internados nos campos de concentração e de refugiados, e até os relativamente afortunados apátridas, puderam ver, mesmo sem os argumentos de Burke, que a nudez abstrata de serem unicamente humanos era o maior ris-

co que corriam. Devido a ela, eram considerados inferiores e, receosos de que podiam terminar sendo considerados animais, insistiam na sua nacionalidade, o último vestígio da sua antiga cidadania, como último laço remanescente e reconhecido que os ligaria à humanidade. Sua desconfiança em relação aos direitos naturais e sua preferência pelos direitos nacionais advém precisamente da sua compreensão de que os direitos naturais são concedidos até aos selvagens.²⁵

A extrema complexidade da situação das minorias, especialmente do povo judeu, ao findar a Grande Guerra, se, por um lado, dificulta o desembaralhamento dos diversos elementos em presença, por outro, coloca em xeque uma constelação de fatores alegados pelos Estados que, ou perderam ou ganharam populações, na determinação da legalidade para cada caso. Assim sendo, como regular as transferências maciças de populações no pós-guerra a partir dos novos limites territoriais definidos nos acordos de perdas e ganhos entre os países? O que fazer com as pessoas tornadas *indeportáveis* por falta de um país que concordasse em acolhê-las? Se as dificuldades existiam para as diversas etnias, elas eram visivelmente acrescidas para os judeus sobre quem já pesavam preconceitos seculares. Tornaram-se, assim, por muito tempo, *apátridas*, ou pessoas sem estado, um dos mais importantes fenômenos de massa da história contemporânea. Na atualidade um grande contingente de palestinos que permaneceu no território de Israel, considera-se apátrida.²⁶

A *desnaturalização*, ou cassação em massa da naturalidade, foi introduzida por Hitler em 1933, atingindo todos os alemães naturalizados de origem judaica.²⁷

Conclusões

Muita coisa poderia ser dita sobre a situação do moderno nacionalismo, que teve sua origem vinculada ao lema da Revolução Francesa, e cujos desdobramentos afetaram vários continentes. Sem pretender exaurir os resultados e conseqüências desse fenômeno apontaremos aqueles que nos parecem mais relevantes para a sua compreensão no contexto da complexa trama das relações nacionais e internacionais.²⁸

1. Tudo indica que as lutas pela independência já atingiram seu alvo e que todos os estados do planeta já se constituem

também como nações, confirmando o avanço do *princípio de nacionalidade*.

2. A história dos movimentos nacionalistas evidencia seu caráter negativo, isto é, eles tendem mais à separação do que à unificação.
3. Enquanto elementos como etnia e língua estão perdendo sua importância como catalizadores das lutas nacionalistas, a religião vem adquirindo relevo, sobretudo quando associada às diferenças étnicas e lingüísticas. Em outras palavras, o *fundamentalismo religioso* parece estar ganhando terreno como elemento diferenciador no campo das individualidades nacionais.²⁹
4. A função econômica que no passado era ocupada pelo Estado-nação está sendo direcionada para associações multinacionais e federações que se ocupam da defesa dos interesses dos Estados-membros. As mais importantes hoje são: o FMI – Fundo Monetário Internacional; a CCE – Comunidade Econômica Européia; o NAFTA – Acordo Norte-Americano de Livre Comércio; a ALADI – Associação Latino-Americana de Integração; o MERCOSUL – Mercado do Cone Sul. Há também que fazer referência ao Grupo dos Sete que, embora ainda não organizados enquanto associação formal, detêm o poder de decidir sobre o que interessa aos *países ricos*...³⁰
5. A bipolarização do mundo em dois blocos de poder (Estados Unidos e União Soviética), após 1945 e até três ou quatro anos passados, indicava que os destinos do mundo não dependiam mais de conflitos entre Estados-nações. A quebra da bipolaridade, todavia, não significa o contrário. O mundo atravessa uma fase de transição onde as lutas pela liderança internacional não definiram ainda quais os blocos que dividirão o poder. A alternativa mais provável é a divisão tripartite: USA, Japão e CEE, pelo menos em um futuro próximo.
6. A instabilidade e a inconstância tornaram-se características dos movimentos nacionalistas ocidentais, provocando incertezas e ambigüidades nos sentimentos e idéias de grande parte dos cidadãos dos diferentes Estados-nações que não mais distinguem com clareza as identidades nacionais com as quais convivem.

7. Os desdobramentos decorrentes da queda do Socialismo real no Leste Europeu e na ex-União Soviética abalaram as convicções de muitos dos estudiosos sobre o declínio do "princípio de nacionalidade" que fora apenas represado pelo regime totalitário de Moscou. Uma vez definidos os novos limites nacionais dos Estados-nações multinacionais em litígio, novamente o princípio de nacionalidade tenderá a refluir, dando lugar a esforços de recuperação ou reconstrução internas.
8. Talvez o maior problema que o mundo enfrenta hoje seja a exacerbação das diferenças de riqueza e poder entre o Estados-nações do globo. Afirmar que nunca houve no passado fenômeno semelhante é arriscar um erro histórico. É fato que as riquezas aumentaram assim como as populações. A diferença nos dias atuais se prende à revolução dos *mídia*, isto é, ao poder inigualável dos meios de comunicação de massa que atingiram níveis tecnológicos insuspeitados, permitindo que tudo possa ser compartilhado no momento mesmo de sua ocorrência. Em consequência, vem aumentando a consciência dos povos sobre a amplitude da pobreza e da miséria em oposição à indiferença dos ricos.
9. As barreiras que estão sendo erguidas nos países ricos que se precavem contra a penetração dos pobres apontam para uma segregação cada vez maior desses últimos, caracterizando, nos primeiros, uma forma de nacionalismo introvertido³¹ contra o estrangeiro no interior, visto como invasor.
10. Considerando-se que nenhum grupo social ou Estado jamais abriu mão, de bom grado, de suas riquezas em benefício dos necessitados a solução, que soa até piegas, seria aquela sugerida por Edgard Morin, referindo-se à *xenofobia tingida de racismo* dos países ricos:

Se o retorno às origens me parece legítimo, o único antídoto ao retrocesso é operar um retorno às origens mais amplo, mais profundo e anterior: é minha idéia de Terra-Pátria. Aquém de nossos ancestrais culturais, temos ancestrais primordiais nas próprias origens da humanidade, nascida na África austral. Participamos da mesma identidade terrena, da mesma identidade humana. Assim, o retorno às origens em profundidade faz de nós irmãos em humanidade. Ao mesmo tempo, a consciência de nossa era planetária nos torna cidadãos do

mundo, que poderíamos e deveríamos estar conscientes de nosso destino comum (sic). Minha idéia, em suma, é não opor o desenraizamento ao enraizamento. É promover o grande enraizamento na Terra Pátria.¹²

Notas

1. HOBBSBAM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1991:19.
2. KOHN, Hans. *Reflexões sobre a História Moderna*, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura S/A, 1965.
3. FONTAINE, André. "Yalta-Potsdam: Comment l'Europe Centrale est Passée à l'Est", *Historama Special, 70 Ans d'Europe Centrale. De l'Eclatement des Empires à l'Effondrement du Mur de Berlin*. Paris, 1990, p. 48-60. Ver também KOHN, Hans. "A Controvérsia soviético-iugoslava: nacionalismo e comunismo", *In KOHN, Hans. Op. cit.* 282-290.
4. Ver *Terres d'Histoire*, n. 6. *Dossier l'Europe des Habsbourg*, Paris, 1990.
5. DAIX, Pierre. "Tchecoslovaquie: de la liberation de Hitler à celle du communisme", *Historama Special*, op. cit. p. 94-102.
6. Citado por Eric Hobsbawm, op. cit., p. 21.
7. Para uma discussão mais ampla dos princípios wilsonianos, mazzinianos e dos argumentos bolcheviques sobre a questão nacional, consultar Eric Hobsbawm, op. cit. e Horace B. Davis, *Para uma teoria marxista do nacionalismo*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.
8. Sobre os movimentos pan-eslavos e pan-germânicos ver KOHN, Hans. op. cit. Capítulos 14 e 15.
9. Op. cit.
10. HOBBSBAM, Eric, op. cit., p. 132.
11. Idem, p. 152.

judeus	0.72
rutênios	0.58
russos	0.40
búlgaros	0.36
ciganos	0.26
turcos	0.15

Polônia

Superfície: 130.000 km² (em 1921)

População: 27 milhões (em 1921): 34 milhões (em 1938)

Nacionalidades em 1930:	poloneses	20 milhões
	judeus	2.3
	rutênios e ucranianos	5.4
	alemães	1.2
	bielorussos	1.0
	diversas	0.55

Fonte: *Historama Special*, op. cit., p.41.

13. Idem, p. 161.
14. Idem, p. 161.
15. Idem, p. 162.
16. Para uma análise dos primeiros momentos do fenômeno, ver RUPNIK, Jacques. *L'Autre Europe. Crise et Fin du Communisme*. Paris, Aditions Odile Jacob, 1990.
17. MORIN, Edgard. Reportagem de Gérard Dupuy, I, Mundo, 2-10, 12 de julho de 1993.
18. LEITE, Dante Moreira. *O Caráter nacional brasileiro*. 4. ed. São Paulo. Editora Pioneira, 1983, p. 362.
19. Cf. PASSOS, Gabriel. PRADO, Caio Jr. NERY, Adalgisa et alii. *Brasileiros contra o Brasil. Antologia nacionalista*. São Paulo. Editora Fulgor, 1958. Prefácio: ver também MENDES, Cândido. *Nacionalismo e desenvolvimento*, Rio de Janeiro. Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, 1993.
20. PASSOS, Gabriel. *Brasileiros contra o Brasil. Antologia nacionalista*, op. cit. p. XI.

21. Idem, p. XI.
22. PRADO, Caio Jr. "Nacionalismo brasileiro e capitais estrangeiros", *In PASSOS, Gabriel et alii, Brasileiros contra o Brasil. Antologia nacionalista.* op. cit. p. 31-64.
23. Cf. 1990, *Atlas Statistique – Chiffres du Monde.* Paris. Encyclopaedia Universalis, 1990.
24. *Origens do totalitarismo. Antisemitismo, imperialismo, totalitarismo.* São Paulo. Companhia das Letras, 1989.
25. Hannah Arendt, op. cit.
26. Em 1916 um acordo franco-inglês colocou a Palestina sob mandato britânico. Em 1948 os ingleses dividiram a Palestina em dois Estados: Israel e Jordânia, supostamente para resolver os conflitos entre árabes e judeus que, no entanto, persistem até hoje.
27. ARENDT, Hannah (op. cit., p. 310) afirma que "Vinte e cinco anos após o regime soviético ter repudiado 1.5 milhão de russos, calculava-se que pelo menos 350 mil a 450 mil ainda eram apátridas – o que é uma porcentagem elevadíssima quando se considera o tempo decorrido desde a fuga original."
28. Algumas das conclusões aqui listadas foram inspiradas em HOBBSAWM, Eric. Op. cit.
29. Comparando o nacionalismo e o fundamentalismo, diz Hobsbawm: "...enquanto o fundamentalismo, com seu apelo atual, estreito e sectário, retira sua energia da demanda pela verdade *universal* teoricamente aplicável a todos, o nacionalismo, por definição, exclui de seu campo de ação todos aqueles que não pertencem à sua própria nação, ou seja, a ampla maioria da raça humana. Além do mais, enquanto o fundamentalismo pode, ao menos até um certo grau, apelar para o que resta de hábitos autênticos e de tradição ou de práticas do passado que foram incorporadas às práticas religiosas, o nacionalismo em si mesmo...ou é hostil para com os reais caminhos do passado, ou emerge de suas ruínas."
30. Os membros da CEE são: Portugal, Espanha, França, Itália, Reino Unido, Irlanda do Norte, Dinamarca, Grécia, Bélgica, Luxemburgo, Países Baixos e República Federativa da Alemanha; do

NAFTA: Estados Unidos da América, Canadá e México; do MERCOSUL: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. (O MERCOSUL é uma parte da ALADI); a ALADI, reúne os onze países andinos (ficam fora apenas os países da América Central).

31. MORIN, Edgard. Op. cit.

32. Idem.